

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

Como caracterizar o governo Chávez? Bonapartismo *sui generis* e luta de classes na Venezuela bolivariana

Flavia Bischain Rosa*

"E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade."

MARX, O 18 Brumário...

RESUMO: Nossa pretensão neste artigo é sustentar a hipótese de que o governo Chávez pode ser caracterizado como um tipo particular de bonapartismo. Para defender tal posição, nos apoiaremos principalmente nos escritos de Leon Trotsky sobre a América Latina. Consideramos que a análise do caráter "bonapartista" do governo Chávez (ou semi-bonapartista, como dizia Trotsky ao referir-se aos bonapartismos latino-americanos que apresentavam um viés mais de "esquerda"), é o que permite compreender a relação aparentemente contraditória que o governo Chávez tem desenvolvido com as classes sociais em luta e, em especial, com o movimento operário venezuelano. Pretendemos, assim, desconstruir o argumento corrente de que as *oscilações* do governo bolivariano em sua relação com o movimento operário refletiriam exclusivamente a presença de setores contrarrevolucionários "disfarçados de vermelho" nas fileiras do chavismo.

Palavras-chave: Venezuela. Bonapartismo. Governo Chávez. Movimento operário.

A morte de Chávez, anunciada no dia 5 de março de 2013, trouxe à tona novamente o debate sobre a caracterização do governo bolivariano. Passados 14 anos desde sua primeira eleição, a definição do "chavismo" ainda é uma questão delicada. Quando eleito, Chávez despertou grande entusiasmo não só nas massas que o elegeram, como também em grande parte dos ativistas e organizações da esquerda mundial, preocupados em frear, ou mesmo

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e pesquisadora do GEPAL.

reverter, as políticas de orientação neoliberal que acarretaram incalculável perda para o conjunto da classe trabalhadora, em especial a latino-americana.

Por conta das concessões aos setores populares¹ e dos pronunciamentos contra o imperialismo, o conteúdo de classe do governo bolivariano permaneceu nebuloso, conferindo-lhe, muitas vezes, a aparência de um governo “popular”². A antipatia dos setores mais reacionários da burguesia para com a figura de Chávez, que se materializou nas ações de sabotagem econômica e no golpe de abril de 2002, reforçou essa tese.

Por outro lado, não há como dizer que toda a burguesia venezuelana estivesse contra Chávez. Em sua campanha para reeleição em 2012, o próprio presidente contestou tal afirmação:

[...] el Mandatario nacional afirmó que el plan socialista busca beneficiar a todos los venezolanos por igual, ya que busca el crecimiento económico del país y con ello el incremento del bienestar de las y los ciudadanos. Dijo además que no todas las personas pertenecientes a la clase rica están en contra de la Revolución Bolivariana. ‘Ustedes ven las encuestas, incluso en el sector socio económico llamado A, que son los más ricos, Chávez saca ahí como 30%, no es que todos los ricos están contra Chávez y eso es porque hay mucho rico que tiene conciencia de la Patria y que tiene conciencia de que Chávez está haciendo un trabajo para todos y para todas’, manifestó (PRENSA AN, 2012).

Mesmo o *Partido Socialista Unido de Venezuela*, o PSUV, aglutinou desde o início, membros provenientes tanto das bases proletárias, quanto antigas figuras da política venezuelana, além de importantes empresários – que agora se denominam “socialistas”. São os casos de Alberto Vollmer (da empresa Run Santa Teresa C.A), Marcos Zarikian (empresário do setor têxtil), Luis Van Dam, (importante empresário do setor metalúrgico, acusado de corrupção nos anos 90), Alberto Cudemos (presidente da Federação Venezuelana de suinocultura – FEPORCINA), Miguel Pérez Abad (presidente da Federação de Indústrias – Fedeindustria), Víctor Vargas (dono do *Banco Occidental de Descuento*), Víctor Gil (do *Fondo Común* e do *Total Bank*), entre outros. O apoio dos banqueiros ao chavismo se explica pelos benefícios alcançados por eles no último período, principalmente por conta da alta da

¹ A alta nos preços do petróleo, a partir de 2004, permitiu o incremento das políticas sociais e, com isso, o país conseguiu reduzir quatro pontos na desigualdade entre ricos e pobres, entre os anos de 2003 a 2008 (FERREIRA, 2011, p. 9). O aumento do repasse da renda petrolífera à população mais pobre, principalmente por meio das *misiones*, fez com que este setor vivenciasse algumas mudanças. Desde 2010, no entanto, várias missões receberam cortes nos seus orçamentos e os 13 principais programas do tipo, passaram a somar apenas 3,63% do orçamento nacional, incluindo as missões de saúde, alimentação e educação (PONCE, 2011, p. 160).

² Para o pesquisador Marcelo Buzetto (2011), por exemplo, o governo Chávez teria representado as classes populares, governando através de um programa popular. Seus interesses seriam opostos aos interesses estratégicos das classes dominantes, possibilitando que em sua gestão “as condições objetivas e subjetivas se tornaram mais favoráveis para aqueles que lutam contra o capital e o capitalismo” (BUZETTO, 2011, p. 152).

inflação, das altas taxas de juros, dos mecanismos de créditos e da abertura para a exportação de capital através das empresas mistas. Basta levar em conta que o patrimônio bancário triplicou durante a gestão bolivariana, ainda que os principais bancos do país sejam controlados pelo capital estrangeiro (principalmente o espanhol) (LOPES, 2009, p. 82).

Ademais, na eleição de dezembro de 2012, Chávez prometeu paz, estabilidade e desenvolvimento à burguesia:

A las familias ricas, las que piensan de manera racional (...) les invito a que voten por Chávez el 7 de octubre (...) Chávez les garantiza paz, estabilidad, crecimiento económico, desarrollo económico. Venezuela entró a Mercosur ahora tenemos que seguir fortaleciéndonos (Chávez *apud* ULTIMAS NOTÍCIAS, 10/09/2012).

Sendo assim, como interpretar a natureza de classe de um governo que promete *estabilidade* à burguesia e *transformação* aos trabalhadores; que ora vai mais à esquerda, ora mais à direita³; que ora fala em “socialismo do século XXI”, ora envia a Guarda Nacional para reprimir trabalhadores em favor das transnacionais⁴? Está claro, ao menos, que este não é um tradicional governo burguês. Suas peculiaridades, que incluem o uso de termos e conceitos pouco comuns nos dias atuais – como “controle operário”, “fábricas socialistas”, “produção social”, entre outros – merecem uma atenção à parte. Mas, para compreender o significado de um governo como este, é preciso ultrapassar as aparências, o nível do discurso, e descer ao terreno da luta de classes. Cabe observar também o contexto que dá origem a uma administração de perfil bastante distinto às anteriores, apontando possíveis explicações para o seu surgimento. Portanto, o presente artigo espera, ainda que de forma breve, contribuir para uma caracterização do governo Chávez, analisando sua relação com as classes sociais em luta, e procurando, assim, desmistificar a cena política, ou ao menos problematizá-la, com objetivo de apontar para os reais interesses e conflitos entre as classes⁵.

Um produto da crise do regime democrático burguês em um país de economia dependente

A ebulição social que ainda hoje caracteriza a nação venezuelana não se iniciou com a chegada de Hugo Chávez à presidência. Sua origem é de finais da década de 1980, quando uma série de mudanças econômicas e políticas dão início a uma nova fase na história do país.

³ Um bom exemplo dos seus giros à direita foi a entrega do jornalista Joaquim Pérez Becerra, em 2011, ao governo repressor e pró-imperialista de Juan Manuel Santos, na Colômbia.

⁴ Ver p. 9 e 10.

⁵ Este artigo apresenta parte do conteúdo de minha dissertação de mestrado, defendida recentemente.

As manifestações de rua difundidas desde 1989, ano do episódio conhecido como *Caracazo*, marcavam o fim da estabilidade política, o desgaste do regime democrático-burguês e a abertura de uma crise de governabilidade que se estendeu pelos anos posteriores. Neste contexto, as tentativas de golpe realizadas em fevereiro e em novembro de 1992 contra o governo corrupto e neoliberal de Carlos Andrés Pérez, acabaram por conferir a um dos insurretos presos, o tenente-coronel Hugo Chávez Frías, o status de “herói” da nação.

Nas eleições de 1998, Chávez não era o representante do proletariado organizado – a classe trabalhadora não tinha nenhum grande partido próprio –, tampouco era um candidato habitual de alguma fração burguesa. Sua candidatura representava uma franja de diferentes setores que incluía trabalhadores, parte da classe média, fragmentos do empresariado, e enfim, todos aqueles que estavam descontentes com os problemas pelos quais perpassava o país desde a década de 1980. Seu discurso, promotor da “unidade nacional”, parecia querer posicioná-lo acima das classes. Era o candidato de todo o “povo” venezuelano.

Certamente, a vitória de Chávez significava uma derrota dos partidos tradicionais, pois explicitava a crise de representação política vivenciada pela burguesia naquele momento. Para a classe dominante, Chávez aparecia como um aventureiro, um agente externo que desejava interferir em seus negócios. Não queria ela assumir que sob o seu próprio comando, estava a sua dominação muito mais ameaçada.

Tratava-se, pois, de uma situação particular, na qual a burguesia não tinha mais condições de governar como antes, e tampouco a classe trabalhadora tinha forças ou se propunha a fazê-lo. Foi este contexto que abriu espaço para o surgimento de um líder carismático, que passou a dirigir o Estado, deslocando-o da administração direta da burguesia.

É esta configuração que permite a aproximação da realidade venezuelana com o fenômeno do bonapartismo, apontado inicialmente por Marx na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e retomado por inúmeros autores, com diferentes perspectivas⁶. O conceito expressa uma situação específica na qual o aparelho estatal se eleva temporariamente acima das classes sociais conflitantes e adquire, assim, certa autonomia diante das frações do capital e suas representações políticas. Isto se dá em momentos de extrema instabilidade, nos quais a classe dominante, enfraquecida por profundas fissuras em seu interior e sentindo-se ameaçada pela classe trabalhadora e pelas camadas populares, não pode outra coisa que não exercer a sua dominação apenas de modo indireto. Se submete, assim, à direção deste Estado personificado na figura de um “bonaparte” – cujo poder lhe foge ao controle –, com fins de

⁶ Entre eles, ver: Poulantzas (1977), Gramsci (2007), Trotsky (2009; 2011).

garantir a manutenção da ordem capitalista, até que uma ou mais forças sociais prevaleçam e se imponham sobre as demais (DEMIER, 2012, p. 18-34).

Faz-se necessário, aqui, um esclarecimento importante. Ao utilizarmos o conceito de “bonapartismo” para analisar o governo venezuelano presidido por Hugo Chávez, não pretendemos fazer coro com a interpretação de que aquele seria um governo ditatorial ou algo do tipo. Primeiramente, cabe frisar que a associação automática do termo “bonapartismo” com regimes ditatoriais parece-nos distorcer seu real significado. Os estudos do revolucionário russo, Leon Trotsky, nos ajudam a compreender que o fenômeno do bonapartismo, em suas distintas manifestações históricas, adquiriu formas as mais variadas.

Foi pensando nas particularidades das situações concretas e ao mesmo tempo, nos elementos comuns que permitiam as generalizações, que Trotsky utilizou a noção de “bonapartismo *sui generis*” para referir-se aos governos que se formavam na América Latina nas primeiras décadas do século XX. O governo mexicano, chefiado pelo general Lázaro Cárdenas (1934-1940), foi o que mais chamou a atenção de Trotsky. Exilado no país, o revolucionário russo viu o presidente mexicano expropriar ferrovias; nacionalizar empresas de petróleo; enfrentar o imperialismo inglês; redistribuir cerca de 25 milhões de acres de terras para os camponeses pobres, contrariando os grandes fazendeiros; desenvolver sindicatos operários e organizações camponesas, estabelecendo estreitas relações com eles; e inclusive prover espaço para que trabalhadores dirigissem as empresas nacionalizadas. Mas aquele não era nenhum governo socialista, dizia Trotsky.

Acontece que o desenvolvimento industrial retardatário e a subordinação ao imperialismo, assim como a ameaça do proletariado ascendente, favoreciam, na visão de Trotsky, a formação de regimes e de governos bonapartistas na região – alguns deles interessados em alcançar melhores condições de barganha frente ao imperialismo, explica:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [de Cárdenas] se localiza na segunda alternativa; suas maiores conquistas são a expropriação das ferrovias e das companhias petrolíferas (TROTSKY, 2009, p. 139).

Como visto, esse tipo particular de bonapartismo nem sempre adota um perfil autoritário e ditatorial⁷. Alguns chegam a assumir, inclusive, um aspecto mais “à esquerda”, quando sua fortaleza é o apoio sobre setores do proletariado. Na empreitada por obter melhores condições políticas e econômicas, uma parte desta sub-burguesia se aproxima do proletariado local, pois sabe que sozinha não tem condições de contestar parte dos interesses imperialistas. Mas esta aproximação só é feita na medida em que ela e/ou o próprio governo conseguem manter sob controle o conjunto da classe trabalhadora. Esse era o papel cumprido pelo bonapartismo *sui generis* mexicano:

Estamos no período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência diante dos imperialismos estrangeiros. A burguesia nacional é obrigada a flertar com os operários, com os camponeses e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda, como hoje no México (TROTSKY, 2009, p. 119-20).

Exatamente pela complexa relação que este tipo de governo estabelece com o capital estrangeiro, o capital nacional e o proletariado, suas políticas acabam por *oscilar* entre estes diferentes setores, a depender de sua necessidade: “Todo governo pode criar, numa situação similar, uma posição na qual oscile, inclinando-se algumas vezes à burguesia nacional e aos operários, e outras ao capital estrangeiro.” (TROTSKY, 2009, p. 126). Até mesmo seu “perfil de esquerda” vai se modificando conforme a necessidade: “É uma dominação semi-bonapartista, que se inclina hoje à esquerda, amanhã à direita, em função da etapa histórica concreta em cada país.” (TROTSKY, 2009, p. 128). Por isso os trabalhadores não poderiam alimentar ilusões ou confiar neste governo e muito menos se desarmar perante ele.

Trotsky demonstrou como se relacionava o semi-bonapartismo mexicano com as diferentes classes sociais e insistiu que a intenção do governo não era de fato resolver os problemas mais elementares que atingiam a classe trabalhadora do campo e da cidade, senão conservar o apoio que recebia do proletariado com fins de preservar a sociedade burguesa. Então, por que esta sub-burguesia se contrapunha ao governo em alguns momentos? Porque para manter este apoio, o governo fazia concessões aos trabalhadores e isso desagradava a “burguesia nativa”, quem necessitava sempre esmagá-los mais, pois era, ela própria,

⁷ Ao considerar os tipos “democráticos” ou “semi-democráticos” de bonapartismo, Trotsky refere-se tão somente à democracia *burguesa*, que se utiliza de maior ou menor quantidade de repressão, a depender da necessidade dos setores dominantes. Quanto à Venezuela, procuraremos demonstrar que, nos últimos anos, o governo Chávez intensificou o uso dos elementos repressivos.

esmagada de cima pela burguesia estrangeira. Parte desta classe dominante local suportava aquele governo a contragosto, apenas porque não poderia, ela própria, governar como lhe parecesse mais conveniente.

Poderíamos apontar muitos elementos presentes durante as duas gestões de Hugo Chávez que permitem aproximá-las da noção de bonapartismo *sui generis*, em sua versão de “esquerda”, apresentada por Trotsky: o apoio nos setores populares e o anti-imperialismo limitado⁸; a hipertrofia do Executivo e o fortalecimento do corpo burocrático e militar do Estado⁹; as oscilações perante as classes e o compromisso de estabelecer a “paz social”, entre outros. Não poderíamos, contudo, tratá-las de forma satisfatória neste espaço tão curto. Nestas circunstâncias, retomaremos apenas alguns pontos sobre este último aspecto, no que diz respeito especialmente à relação do governo Chávez com o movimento operário venezuelano.

Uma complexa relação com o movimento operário

A necessidade de mobilizar as camadas mais pauperizadas da população esteve presente no governo bolivariano desde sua primeira gestão, quando aumentavam as tensões entre Chávez e o imperialismo norte-americano, apoiado pelos setores mais reacionários da burguesia local. Para Margarita Lopez Maya (2011), o chavismo impulsionou a formação de um tecido organizativo político-social, vinculado à figura do presidente: “Este tecido serve como braço gestor de políticas públicas, canal de distribución de recursos fiscales e instrumento para movilización electoral a favor del Presidente” (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 7).

Mas a relação do governo com o movimento operário foi um pouco mais complexa e tardia. As principais reivindicações deste setor estavam ligadas às condições de trabalho e, por isso, não poderiam ser supridas facilmente com as políticas assistenciais. Por isso, a relação do governo com o movimento só começa a se modificar substancialmente após as sabotagens patronais de 2002/2003, quando a resistência dos trabalhadores, principalmente dos petroleiros, foi um fator decisivo para a derrota da oposição. Com a intensificação da luta de classes e da ofensiva opositora, o governo passou a ter de mobilizar em seu favor uma

⁸ Em contradição com os enfurecidos discursos lançados contra Bush, e do aumento do controle estatal sobre as atividades petrolíferas, Chávez criou também as chamadas empresas mistas, permitindo que o capital estrangeiro seguisse explorando os recursos naturais do país. Mesmo quando nacionalizou empresas estratégicas, o fez à base de indenizações milionárias, verdadeiras compras a preço de mercado e, em muitos casos, os antigos proprietários, nacionais ou estrangeiros, permaneceram como sócios minoritários das empresas.

⁹ Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estadísticas (INE), desde 2002 o número de funcionários da administração pública cresceu 100,8% - passando a contar com 2.680.668 empregados, em 2012 (EL UNIVERSAL, 4/11/12). Grande parte desta burocracia é composta por militares ou ex-militares. Nas últimas eleições para governadores, realizadas em dezembro de 2012, dos 23 candidatos chavistas que concorrerem ao pleito, 8 eram militares.

parcela do movimento operário com vistas a se defender das ações hostis da oposição e impedir que a economia se paralisasse completamente por conta dos boicotes econômicos promovidos pelos capitalistas.

Devido à necessidade que a administração chavista passou a ter de mobilizar parte desse setor em sua defesa, mas ao mesmo tempo, mantê-lo sob seu controle para garantir a “paz social” e salvaguardar a ordem capitalista, a política governamental oscilou entre a mobilização e a desmobilização da classe; entre as concessões e a criminalização/repressão do movimento; entre os discursos radicalizados em favor do controle operário, das ocupações e dos conselhos de fábrica, e a desqualificação dos dirigentes e ativistas operários, tratados como “contrarrevolucionários” ou “traidores”, a depender da correlação de forças entre as classes.

Mesmo com a vitória operária e popular sobre o *paro* nacional de 2002/2003, a situação econômica da Venezuela ficou bastante debilitada. A taxa de desemprego chegou a 35%, a inflação disparou¹⁰, o PIB despencou¹¹, e a moeda sofreu uma profunda desvalorização (DAMASCENO, 2012, p. 294). Novamente, vivia-se a deterioração das condições de vida e de trabalho. Muitas das empresas fechadas durante o *paro* não foram reabertas nos meses seguintes. Naquelas que voltaram a funcionar, os patrões adotavam uma série de medidas com vistas a recuperar as perdas dos meses anteriores: intensificação do trabalho, congelamento dos salários, demissões, aumento do assédio moral e da terceirização etc. Eram os trabalhadores e a população que arcavam com os prejuízos da ação patronal. A insatisfação dos operários crescia, levando-os a exigir a nacionalização das empresas. Foi a partir da propagação dos conflitos que o governo começou a fazer algumas concessões importantes, como a nacionalização de algumas fábricas.

Por outro lado, conforme foram aumentando a participação e a mobilização operária e popular, os mecanismos de controle e de subordinação cresceram simultaneamente. Na ampla maioria das fábricas nacionalizadas, por exemplo, foi implantada uma direção burocrática, escolhida quase integralmente pelo governo e não pelos trabalhadores, e composta majoritariamente por membros externos, que sequer provinham das empresas. A *Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas* (FRETECO), organização chavista, relata a atuação dessa burocracia:

¹⁰ Em julho de 2003 o índice de inflação era de 31,2% (AVN, 09/08/2012).

¹¹ A queda do PIB foi de 8,50% em 2002 e 9,50% em 2003, voltando a se recuperar somente em 2004 (cf. LUCENA, 2010, p. 384).

[...] la burocracia reformista que anida en el seno del Estado burgués, habla a favor del control obrero, pero con sus actos lo sabotea continuamente. La burocracia juega con la confusión en el movimiento obrero acerca de qué es el control obrero para paralizar a los trabajadores y derrotarlos. Su fin es el mismo que el de la burguesía: siembra caos y confusión para hacer fracasar las empresas ocupadas o nacionalizadas que tengan o se aproximen al control obrero (FRETECO, 2010, p. 3).

Essa burocracia também tem atuado de forma a dificultar a organização sindical nas empresas. Isto ocorreu desde as primeiras nacionalizadas e é uma realidade presente nas demais estatais, inclusive nas chamadas “fábricas socialistas”:

Las relaciones de producción siguen siendo capitalistas, aun en las empresas que se han nacionalizado o que ha creado el Estado y que se denominan ‘socialistas’, ya que en ellas los trabajadores continúan trabajando por un salario que no les cubre sus necesidades, no tienen poder de decisión en la gestión de la empresa, que está en manos de funcionarios de la burocracia, y muchas veces hasta les niegan el derecho a la sindicalización (FRETECO, 2010, p. 11).

Parece-nos que a forte presença da burocracia nas estatais deve ser explicada não com base na afirmação de que há setores “contrarrevolucionários” que “enganaram” Chávez ou que estejam sabotando o projeto chavista original. Sendo um objetivo do semi-bonapartismo bolivariano a garantia da “paz social”, é imprescindível que a participação dos operários esteja subordinada ao seu controle – seja pelo comando direto do presidente e do PSUV, seja por meio da nova burocracia instalada nas empresas – não mais uma burocracia proveniente da IV República, mas uma burocracia chavista.

Arriscamos dizer que há na gestão bolivariana, uma *tendência à burocratização*. Esta é uma ferramenta indispensável para todo governo que necessita, ao mesmo tempo, *mobilizar* e *controlar* o movimento operário e popular. Isto é, conforme depende do movimento e o mobiliza em seu favor, é o próprio governo quem instaura e fortalece a burocratização, para assim, manter a classe mobilizada sob seu controle. É por isso que os setores burocráticos estão se *consolidando* e ganhando *mais espaço* no interior do governo, do PSUV e dos movimentos controlados por ele, como denunciam os ativistas dos movimentos da própria base governista.

Para os casos em que o controle sobre o movimento não pode ser garantido satisfatoriamente por meio da cooptação ou da ação da burocracia estatal ou sindical, o

governo bolivariano tem recorrido a outras ferramentas: a criminalização, a deslegitimação das ações e das principais lideranças e até mesmo a repressão direta.

Alguns casos tiveram grande repercussão nacional: em 2006, os trabalhadores da fábrica Sanitarios Maracay foram agredidos pela Guarda Nacional Bolivariana – ocasião em que 15 foram presos e muitos ficaram feridos; na SIDOR (*Siderúrgica del Orinoco*), alguns meses antes da nacionalização em 2008, os *sidoristas* foram fortemente reprimidos com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, também pela Guarda Nacional; em 2009, a polícia do estado de Anzoátegui, governado pelo chavista Tarek Willian¹², disparou 300 balas letais contra os operários da Mitsubishi, deixando dois mortos e vários feridos. Neste último caso, após a repressão, o Ministério do Trabalho autorizou a demissão dos dirigentes sindicais e tanto a FSBT (*Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores*) – força sindical ligada ao governo – quanto o PSUV, posicionaram-se publicamente contra os trabalhadores, chamando-os de “sabotadores” e “anarquistas” e defendendo a transnacional (ROSA, 2013, p. 170-1).

Com a intensificação da luta de classes nos últimos anos, estes mecanismos repressivos têm sido utilizados cada vez com maior frequência. Um estudo realizado pela organização de Direitos Humanos PROVEA constata que “desde 1999 hasta 2004 se mantuvo una conducta de respeto gubernamental a la protesta, con un índice bajo de represión a pesar de los altos niveles de polarización política de 2001, 2002 y 2003” (PROVEA, 2010, p. cxcvii). Depois de 2004, os protestos políticos organizados pela oposição começaram a diminuir e aumentaram os protestos por demandas trabalhistas, sociais e culturais. É exatamente aí, quando o movimento operário começa a se reorganizar e ocupar espaço no cenário político nacional, que se intensifica a prática de reprimir e criminalizar os protestos (PROVEA, 2010, p. cxcix). Isso demonstra que estas ações repressoras não se explicam pelos conflitos entre governo e oposição, mas pela polarização da luta de classes e pela política antioperária da administração chavista.

Além da repressão direta às manifestações e greves, há muitos casos de criminalização de dirigentes sindicais, que são demitidos, processados e às vezes presos. Um dos episódios mais escandalosos foi a demissão e a condenação a sete anos e meio de prisão, do dirigente sindical Rubén González, por participar de uma greve de duas semanas na estatal em que trabalhava em 2009, a *Ferrominera del Orinoco*. A sentença desencadeou uma série de protestos, principalmente na região de Guayana, com a ameaça de uma greve geral. Frente a

¹² Tarek Willian é coordenador regional do PSUV, conhecido como um defensor dos Direitos Humanos. Foi chamado por Chávez de “o poeta da revolução”.

isto, o Poder Judiciário se viu obrigado a anular a decisão, 24 horas após ter sido anunciada (USI, 5/11/2011).

O aumento da criminalização dos ativistas políticos e sindicais ficou visível desde 2004, quando muitos manifestantes passaram a ser acusados por “formação de quadrilha”, “instigação à delinquência”, “fechamento de vias públicas”, “causar danos aos bens do Estado”, “resistência à autoridade” etc. (LÓPEZ MAYA 2011, p. 8). Depois da mudança no código penal, em 2005, cerca de 2.400 pessoas teriam sido submetidas, daquele ano até 2010, a processos penais por protestar (PROVEA, 2010, p. cxcvi). Para o pesquisador Marco Ponce (2011, p. 162), “en 2010 se confirma la consolidación de una Política de Estado orientada a obstaculizar las luchas sociales, a través de la apertura de procedimientos judiciales, principalmente juicios penales, a quienes ejercen el derecho a la protesta.”.

Muitas das pessoas criminalizadas são chavistas. Não se trata, pois, de uma disputa entre “chavistas” e “antichavistas”, entre “revolucionários” e “contrarrevolucionários”, e sim de luta de classes entre exploradores e explorados. E neste terreno, o governo nem sempre consegue disfarçar de que lado está. São nestes momentos que se revela o caráter de classe do governo bolivariano e se dissolve, na prática, o discurso de unidade nacional. Rúben González, o sindicalista filiado ao PSUV que foi condenado à prisão, expressa isso de forma bastante evidente:

[...] yo he enfrentado al patrón, en pro de los beneficios de los trabajadores, ejerciendo el derecho contemplado en la convención colectiva. No estamos en contra del Gobierno, sino en desacuerdo con que le quiten los beneficios a los trabajadores, si eso es estar en contra del Gobierno, entonces lo estamos (González *apud* OJEDA, 5/03/2010).

Como dissemos, neste contexto de radicalização dos conflitos e de intensificação da luta de classes é ainda mais imprescindível, ao bonapartismo *sui generis*, manter o controle sobre o movimento operário. Por isso, ao mesmo tempo em que com uma mão, o governo bolivariano investe na criação de uma nova central sindical¹³, concede cargos aos operários e promove o chamado “controle operário”, com a outra investe no sufocamento da UNETE, na

¹³ Em 2003, Chávez incentivou a construção da *Unión Nacional de Trabajadores* (UNT ou UNETE). Poucos anos depois, entretanto, passou a boicotar a atuação dessa central, que se mantinha mais autônoma e investiu na criação de uma nova entidade, a *Central Bolivariana Socialista de Trabajadores y Trabajadoras de Venezuela* (CBST), formada pelos sindicalistas mais próximos de sua administração.

deslegitimação e na repressão dos setores mais críticos; por um lado cria leis em favor dos trabalhadores¹⁴, e por outro, leis que facilitam a criminalização dos protestos.

O que parece ser uma “contradição” pode ser esclarecido quando se percebe que o papel do “semi-bonapartismo” bolivariano é justamente este: controlar, com mãos de ferro ou com luvas de pelica, o movimento operário ascendente, com fins de manter a ordem social burguesa. Desta forma, pode-se dizer, o governo *organiza e desorganiza*, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora venezuelana, porque atua em favor de sua organização subordinada e contra a sua organização autônoma e classista. E este é o maior desserviço que poderia lhes prestar.

Sobre o caráter de classe do bonapartismo

A autonomia relativa do Estado com relação às classes sociais não faz com que este perca o seu caráter de classe. Tampouco o governo bonapartista deixa de priorizar os interesses da burguesia, mas não pode fazê-lo o tempo todo:

Logo que a luta entre dois campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se ‘independente’ da sociedade. Recordemos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos numa rolha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. Este é, precisamente, o esquema do bonapartismo. Naturalmente, *tal governo não deixa de ser, por isso, o serviçal dos possuidores*. Mas o serviçal está sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônias para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara (TROTSKY, 2011, p. 278, grifo nosso).

Sob este tipo de regime, o governo atua de forma mais ou menos independente das classes dominantes e, por isso, pode chegar a agir contra a vontade delas. Grande parte das políticas sob o regime bonapartista é voltada para manter sua base de apoio nos setores populares. E é precisamente por isso que estes governos são tão eficientes na garantia do *status quo*, ainda que a burguesia se sinta, por vezes, altamente contrariada por eles.

Ou seja, atuando em determinados contextos, eles garantem a manutenção da ordem burguesa, funcionando como um dique contra a organização autônoma e classista do proletariado e evitando, assim, que a classe se lance eventualmente em algum projeto revolucionário. A “paz social” prometida pelo governo “bonapartista” só pode ser garantida com a manutenção das relações de exploração. Por isso, o conteúdo de classe que os orienta

¹⁴ Como as nacionalizações e a redução da jornada, entre outras.

segue sendo burguês, ainda que não se tratem de governos burgueses em sentido estrito – ou seja, controlados por representantes diretos das frações burguesas. Embora procure aparecer como representante dos setores menos favorecidos da sociedade, ou mesmo da nação em seu conjunto, vez ou outra seu conteúdo de classe burguês acaba transparecendo, como é o caso das políticas antioperárias que implantam quando o proletariado chega a incomodar por demais as classes dominantes.

Agora, voltando a tratar do caso venezuelano, se o governo dirigido por Chávez tratava-se de um “semi-bonapartismo” que, embora tenha se elevado por cima das classes, não perdeu seu conteúdo burguês (cuja aparência se desconfigurou), como explicar o golpe da oposição contra Chávez em 2002? A classe dominante se lançaria na empreitada de derrubar um governo que poderia significar sua única salvação?

É preciso ter claro: Chávez não foi uma aposta da sub-burguesia venezuelana. Preferiria ela governar sem ele e era tão imatura a ponto de não perceber que não poderia mais fazê-lo. O caráter rentista e parasitário da sub-burguesia venezuelana explica a sua aversão à Chávez. Trata-se de uma camada social acomodada, que se satisfaz com as migalhas advindas dos países imperialistas e que não tem nenhuma pretensão de questioná-lo. Por isso, conspira contra o chavismo. Mas todas as vezes que tentou reagir, deparou-se com a ação operária e popular e fracassou. Depois de se ver sucessivamente derrotada, mudou sua tática e passou a priorizar os acordos com o chavismo. Após a morte de Chávez, entretanto, parte desse setor vislumbra novas possibilidades de recuperar seu espaço perdido desde a crise da IV República e volta a se enfrentar com o governo, agora chefiado por Nicolás Maduro.

Considerações finais

Recuperando brevemente as elaborações de Marx sobre o bonapartismo francês, percebemos que mesmo como um poder independente, Bonaparte sabia que sua missão consistia em salvaguardar a “ordem burguesa” (MARX, 1997, p. 135). E esta tarefa resultava em que necessariamente suas posições se manifestassem contraditórias. Procurando ser o benfeitor de todas as classes, Bonaparte se propunha a fazer prosperar os negócios da classe média, a bajular o banco, a prover trabalho ao povo, a dar auxílio aos camponeses e a fazer enriquecer o lumpemproletariado. Mas não podia dar a uma classe sem tirar de outra, lembrava Marx (1997, p. 137). E concluía:

[...] esse confuso tatear que ora procura conquistar, ora humilhar, primeiro uma classe depois outra e alinha todas elas uniformemente contra ele, essa

insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio (MARX, 1997, p. 136).

Os maiores benefícios que o Segundo Império iria prestar à burguesia francesa só foram percebidos posteriormente: embora tenha contrariado em alguns momentos diferentes frações burguesas, foi capaz de garantir a ordem social quando a própria burguesia não podia mais fazê-lo, além disso, derrotou o proletariado por um tempo e permitiu o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas no país (cf. MARX, 2008, p. 401).

Resguardadas todas as diferenças com o caso venezuelano, consideramos que as análises de Marx nos permitem identificar que as *oscilações* fazem parte de todo o governo que procura se equilibrar sobre classes sociais em luta, com o fim de garantir a “paz social”. Sendo assim, consideramos simplistas as análises que apontam as “oscilações” do chavismo, como uma disputa entre os setores revolucionários e “contrarrevolucionários disfarçados” que coabitam as fileiras do chavismo. Trata-se, pois, de um governo de “natureza contraditória”.

Nestas circunstâncias, abrir mão de construir e consolidar organizações proletárias independentes, para depositar suas esperanças em um governo com fortes elementos bonapartistas, poderia significar uma derrota histórica do proletariado venezuelano. Não se poderia descartar, contudo, uma possibilidade de que a classe acumule forças *apesar da atuação do governo*, uma vez que há uma mobilização pela base e a polarização entre exploradores e explorados segue intensa. Para isso seria imperioso, ao proletariado venezuelano, garantir sua independência de classe e ultrapassar o programa da “Revolução Bolivariana” para construir um programa próprio, que vislumbre a tomada do poder pelo conjunto dos explorados e oprimidos, rompendo com os limites do Estado burguês e de qualquer governo cujo projeto fortaleça essa estrutura e assegure a manutenção da ordem social burguesa.

Referências

AVN. *Reducción de inflación es resultado de política de Estado coordinada con BCV*. 09/08/2012. Disponível em: <http://www.avn.info.ve/contenido/reducci%C3%B3n-tendencia-inflacionaria-es-resultado-una-pol%C3%ADtica-estado>. Acesso em: 13/01/2013.

BUZETTO, Marcelo. “*Guerra de todo o povo*”: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Luta operária e participação popular na Venezuela: Estudo sobre a resistência dos trabalhadores – o paro petrolero de dezembro de 2002*. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

EL UNIVERSAL. *Gobierno ha asignado este año a pagos de salarios BS 125 millardos*. 04/11/2012. Acesso em 03/12/2012. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/economia/121104/gobierno-ha-asignado-este-ano-a-pagos-de-salarios-bs-125-millardos-imp>.

FERREIRA, CARLA. O capitalismo rentista e a classe operária no processo bolivariano da Venezuela. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, *Anais*. ANPUH, São Paulo, 2011.

FRETECO. *Control obrero y revolución*. 04/11/2010. Disponível em: <http://www.militante.org/control-obrero-y-revolucion-1>. Acesso em: 10/03/2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOPES, Mariana de Oliveira. *Imperialismo, petróleo e 'revolução bolivariana': impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *El Populismo venezolano y sus tendencias actuales*. 2011. Disponível em: <http://www.innovaven.org/quepasa/polopi17.pdf>. Acesso em: 02/06/2012.

LUCENA, Hector. Reestructuración Productiva en Venezuela: balance laboral. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César (coord.). *Trabajo y modelos productivos en América latina: Argentina, Brasil, Colombia, México y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. A Guerra civil na França. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OJEDA, Yolanda. *Gobierno vs Sindicatos*. 2010. Disponível em: <http://www.derechos.org/ve/2010/03/09/trabajo-especial-de-el-mundo-sobre-situacion-de-los-sindicatos-en-venezuela>. Acesso em: 07/09/2010.

PONCE, Marco. Lucha Hegemónica, Democracia y autoritarismo en el Socialismo del siglo XXI. In: MODONESI, Massimo; RENÓN, Julián (org). *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins fontes, 1977.

PRENSA AN. *Candidato de la Patria: Hasta a los más ricos les conviene que gane Chávez el 7-0*. 2012. Disponível em: http://www.asambleanacional.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=42985%3Acandidato-de-la-paria-hasta-a-los-mas-ricos-les-conviene-que-gane-chavez-el-7-0&catid=1%3Alatest-news&Itemid=246&lang=es. Acesso em: 20/10/2012.

PROVEA. *Venezuela: una década de protestas 2000-2010*. 2010. Disponível em: <http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/Protestas2000-2010.pdf>. Acesso em: 09/11/2011.

ROSA, Flavia Bischain. *O proletariado volta à cena – dilemas e desafios do movimento operário venezuelano em sua relação com o governo de Hugo Chávez*. 2013. Dissertação (Mestrado em ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

TROTSKY, Leon. *Escritos Latino-Americanos*. São Paulo: Iskra, 2009.

_____. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011.

ULTIMAS NOTÍCIAS. *Chávez: a nadie le conviene una guerra civil*. 10/09/2012. Disponível em: <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/tuvoto/candidatos/chavez--a-nadie-le-conviene-una-guerra-civil.aspx>. Acesso em: 05/11/2012.

USI. *Cresce la protesta popular*. 05/11/2011. Acesso em: 07/11/2011. Disponível em: <http://www.laclase.info/nacionales/crece-la-protesta-popular>.